



ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses
Volume 73

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE,
TRANSIÇÃO E MUDANÇA

Título

Arqueologia & História

13ª Série

Volume

73

Ano de Edição

2022

Ano Associativo AAP

2021

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

José Morais Arnaud

Coordenação

José Morais Arnaud e Andrea Martins

Design gráfico

Flatland Design

Fotografia da capa

Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)

Impressão

Europress, Indústria Gráfica

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

73 446/93

ISSN

0871-2735

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

- 5 Editorial
José Morais Arnaud
- A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA**
- 9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*.
Apresentação
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval
António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real
- 37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais
Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo
- 47 Defensa de la muralla augustea de Emerita
Miguel Alba
- 67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado
Ana Patrícia Magalhães
- 83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga
André Carneiro
- 97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade
João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias
- 107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia
Virgílio Lopes
- 121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas
Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme
- 131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)
Pedro Matos, Helena Catarino
- 143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão
Jacinta Bugalhão
- 157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X
Bruno Franco Moreno
- 169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)
João António Ferreira Marques
- 177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)
Alfonso Vigil-Escalera Guirado
- 187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus
Susana Gómez Martínez
- 207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves
Rosa Varela Gomes
- 221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X
Elena Salinas

- 235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez
- 245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva
- 265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, M^a. José Gonçalves, Susana Gómez

ARTIGOS

- 275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz
- 285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

- 299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior
Ana Margarida Ferreira
- 307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar...
Carlos Manuel Dias Madaleno
- 315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016
Joana Bizarro
- 323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016
Sara Ferro
- 331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior
Elisabete Martins Robalo

RELATÓRIOS

- 341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021
José Morais Arnaud
- 347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3^o milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

POBLAMIENTO EMIRAL EN EL GARB AL-ANDALUS

Susana Gómez Martínez

Universidade de Évora – CEAACP – Campo Arqueológico de Mértola / sgm@uevora.pt

Resumo

Embora exista ainda pouca informação sobre o povoamento do período emiral no Gharb al-Andalus, tem vindo a ser assinaladas algumas pautas gerais de evolução que vão sendo matizadas e complementadas a partir da informação que vai fornecendo a arqueologia de salvamento relacionada com os grandes empreendimentos públicos. Para além das continuidades e transformações que experimentaram um número considerável de *villae* romanas, existem alguns dados relativos ao povoamento rural fortificado, alguns conjuntos de pequenos assentamentos rurais, com especial destaque para a *kūra* de Beja, um certo povoamento em gruta detetado na *Serra da Arrábida* e algumas estruturas de marcado carácter religioso que poderão corresponder ora a pequenas mesquitas rurais, ora a estruturas ligadas à prática do *ribāṭ*.

Palavras-chave: Gharb al-Andalus, Povoamento, Época emiral, Cidades, Fortificações, Alcarias.

Resumen

Aunque todavía existe poca información sobre el poblamiento del período emiral en el Garb al-Andalus, se han señalado algunas pautas generales de evolución que están siendo matizadas y complementadas a partir de los datos de la arqueología preventiva relacionada con los grandes emprendimientos públicos. Además de las continuidades y transformaciones que experimentaron un número considerable de *villae* romanas, existen algunos datos relativos al poblamiento rural fortificado, algunos conjuntos de pequeños asentamientos rurales, con especial destaque para la *kūra* de Beja, un cierto poblamiento en gruta detectado en la *Serra da Arrábida* y algunas estructuras de marcado carácter religioso que podrán corresponder o bien a pequeñas mezquitas rurales, o bien a estructuras relacionadas con la práctica del *ribāṭ*.

Palabras-clave: Garb al-Andalus, Poblamiento, Época emiral, Ciudades, Fortificaciones, Alquerías.

Abstract

Although little information exists about the settling of people from the Emirate period in the Gharb al-Andalus, some guidelines connected with its general development have come to light, nuances and additional information coming from information given by rescue archaeology carried out on large scale public works. Apart from aspects of continuity and transformation experienced by a considerable number of Roman villas, there is some data relating to fortified rural settlements; groups of small rural dwellings, highlighting here the Kura in Beja; a certain cave population found in the Serra da Arrábida and some structures of a marked religious nature that could correspond either to small rural mosques or structures connected with fortification, *ribāṭ*.

Keywords: Gharb al-Andalus, Settlements, The Emirate period, Cities, Fortifications, Alcarias –small rural communities.

1. MODELOS DE POBLAMIENTO EN EL GARB AL-ANDALUS ÉPOCA EMIRAL

Durante el último medio siglo, la investigación sobre el Garb al-Andalus¹ ha pasado de disponer apenas de algunos datos sueltos, a tener que gestionar una masa ingente de información inédita y sin procesar, procedente de la arqueología preventiva, especialmente en zonas rurales en acelerada transformación de sus prácticas agrícolas. Esto conduce a una situación paradójica de tener pocas pruebas (publicadas) para argumentar modelos de poblamiento concretos, pero muchos indicios de la existencia de un poblamiento complejo, muy condicionado por las circunstancias específicas de cada región (e incluso de cada lugar) relacionadas con sus antecedentes de la Antigüedad Tardía, con las características geográficas de la zona, con la disponibilidad y prácticas al uso en la explotación de los recursos y con aspectos geo-estratégicos más coyunturales.

Arriesgándonos a diseñar un modelo demasiado general, teórico, simplista y poco detallado, pero más o menos aceptado por muchos investigadores, comenzamos por identificar la existencia de un poblamiento urbano, heredero del mundo antiguo y tardoantiguo, en el que las transformaciones no son bruscas. Conjuga fuertes pervivencias con cambios estructurales, sobre todo en lo que se refiere a la topografía de la ciudad y sus centros neurálgicos, mediante la construcción de alcazabas, mezquitas y *maqbaras*.

El poblamiento rural, igualmente heredero del mundo tardorromano, que estaba respondiendo a las transformaciones socioeconómicas del fin de un sistema basado en la esclavitud, también se mantiene, aunque tiene que adaptarse nuevamente a los cambios paulatinos derivados de la nueva estructura socioeconómica islámica. Algunas de las antiguas *villae*, que ya habían perdido el fulgor de la fase de monumentalización de los siglos III-IV y se habían transformado en poblados campesinos, estructuras de apoyo a las actividades agrícolas o en monasterios familiares, continuaron siendo ocupadas. En bastantes casos, mantienen su carácter religioso y monástico hasta el final del período omeya.

Los poblados campesinos en áreas marginales de montaña, de marjal o en grutas con contornos eremí-

ticos también se mantuvieron. Podríamos agrupar en esta “etiqueta” de espacios marginales algunas pequeñas granjas y quintas aisladas, implantadas en terrenos agrícolas muy pobres.

El abandono de las elites tardoantiguas de las ciudades y de las *villae*, las habrá llevado en ocasiones a asentamientos de altura y fortificaciones rurales. Este parece ser un fenómeno que se desarrollará de forma considerable en época emiral con la construcción de castillos y torres (*ḥuṣūn* y *burūj*). También el estado omeya va a implantar asentamientos fortificados de mayores dimensiones, especialmente las *qilā'* para el asentamiento de grandes contingentes militares. Surge un nuevo tipo de poblamiento relacionado con la práctica del *ribāṭ* que puede no haber estado asociado, necesariamente, a estructuras organizadas en forma de *rabitas*.

Intentaremos a continuación ver como se adapta este modelo general al poblamiento del Garb al-Andalus, con especial atención al de los territorios meridionales.

2. LAS CIUDADES EMIRALES DEL GARB

Recientemente, nos cuestionábamos cómo determinar el criterio que define una ciudad en cuanto tal y el propio estatuto de *madīna* y cómo caracterizar el fenómeno urbano en el Garb en época emiral (Gómez, 2019: 411). Si definimos la ciudad como un asentamiento urbano capaz de organizar un territorio, de producir y distribuir bienes de consumo, de participar en el comercio de larga distancia, y de estructurar y mantener determinadas infraestructuras, sobre todo las murallas, y, teniendo en cuenta la fragilidad de la información, tanto textual como arqueológica, que poseemos sobre las ciudades emirales del Garb, es difícil afirmar el carácter urbano de las ciudades romanas que todavía existían en la Antigüedad Tardía. Es el caso de Conímbriga, que parece perder ese estatuto después de la transferencia de su obispado para la vecina Aeminium en un proceso difícil de detallar desde el punto de vista arqueológico.

Salvo en el caso de Mérida, que cuenta con amplia información arqueológica y con dataciones precisas (ver por ejemplo Alba, 2009 y Alba y Feijoo, 2003 y 2006), la presencia en las fuentes escritas y algunos indicios sobre las estructuras defensivas es lo que nos permite evaluar el carácter urbano de algunas ciudades. Así, es arriesgado extrapolar la evolución de Mérida a las otras ciudades del occidente de Al-Andalus (Figura 1).

¹ Utilizamos aquí un concepto de Garb poco preciso que abarca los territorios occidentales de al-Andalus, con límites que delimitamos de forma aproximada en una publicación anterior (Gómez Martínez, 2019: 409-410) aunque la mayor parte de los datos que manejamos se refieren al extremo sudoeste.

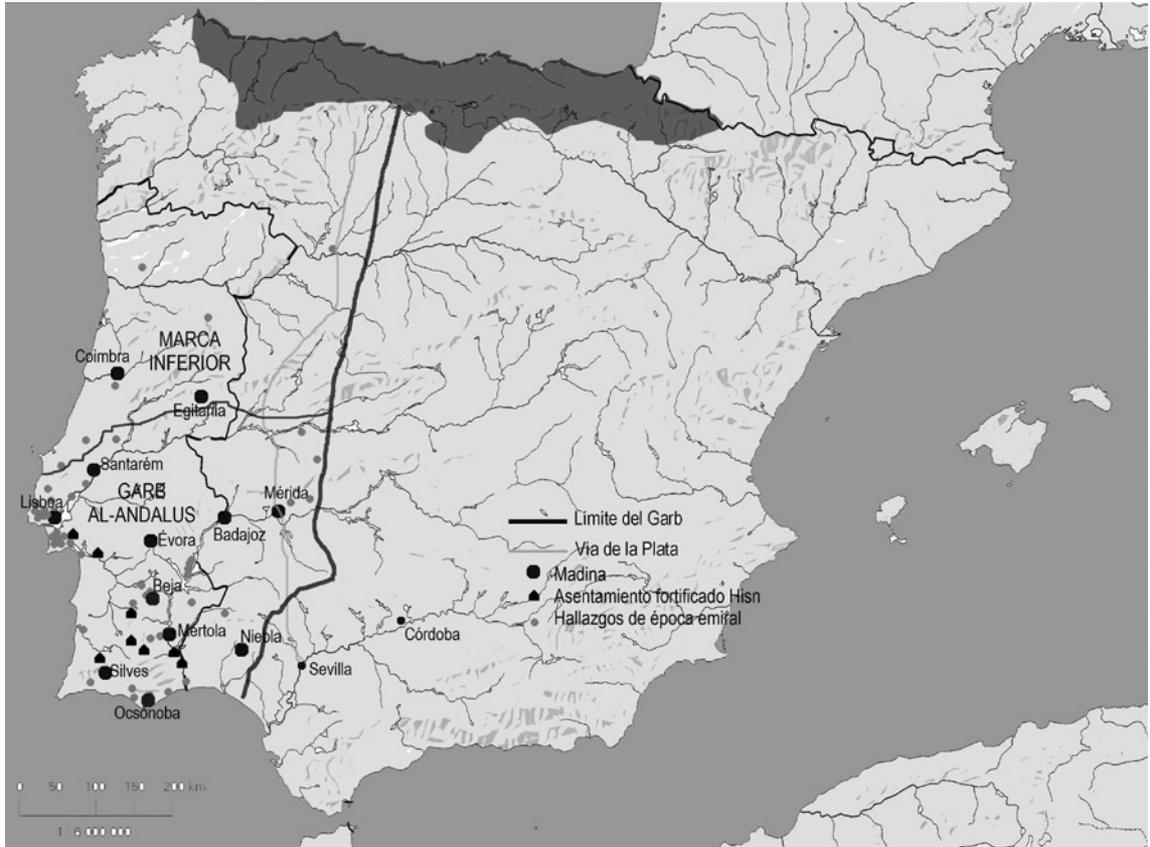


Figura 1 – Vestigios emirales del Garb.

Hasta el surgimiento de Badajoz en el siglo IX, las ciudades del Garb son poblaciones previamente existentes que evolucionan a partir de puntos de partida diferentes. Muchas de ellas, la mayoría, son ciudades romanas consolidadas, aunque con diferentes grados de dinamismo. Dentro de este grupo se encuentran la mayor parte de las mencionadas en los textos como cabezas de distrito: Faro, Niebla, Beja, Évora, Mérida, Lisboa, Santarém, Coímbra e Idanha-a-Velha (Picard, 2000: 137, 149). Algunas se abandonaron después de la ocupación musulmana, como por ejemplo Balsa, cercana a Tavira, que, aun así, mantuvo una ocupación “marginal” durante casi todo el período andalusí (Nolen, 1994), seguramente transformada en una simple alquería. Otras parecen haber sido abandonadas con anterioridad, como Mirobriga, que no dejó rastro en las fuentes o en el registro arqueológico de época islámica. No es igual el caso de la ciudad de Amaia, cerca de Marvão (topónimo que ha sido asociado a los *Banū Marwān*), en cuyas excavaciones no se encuentran vestigios de ocupación emiral a pesar de que el nombre sea referido en las fuentes escritas, si bien como

“Amaia de las ruinas” (Sidarus, 1991; Correia, 2014: 182), indicando, posiblemente, un cambio en las formas de organización del poblamiento que la arqueología todavía no ha estudiado.

Pero la misma ausencia de datos arqueológicos se registra en ciudades que, sin ninguna duda, continuaron siendo centros urbanos de importancia. Veamos algunos ejemplos del sudoeste peninsular. Ocsónoba, que pasó a designarse *Shantamariyya al-Garb* a partir del siglo X (Picard, 2000:182-183), habrá perdido buena parte de su importancia de época preislámica a favor de Silves (Picard, 2000:190). Las excavaciones más recientes realizadas en la ciudad no han revelado vestigios emirales importantes y el estudio de las murallas continúa envuelto en muchas imprecisiones y dudas, especialmente en lo que se refiere a los lienzos atribuidos a una presencia bizantina todavía hoy incierta.

El elemento más notable del período emiral, es sin duda, la *Porta da Vila*. Se trata de una estructura en codo, envuelta en construcciones neoclásicas, de la cual sólo es visible un arco de herradura en piedra con dovelas que alternan tonos blancos y rojizos. Si la com-

paramos con el exponente máximo de la arquitectura andalusí, la mezquita de Córdoba, es evidente que la proporción y distribución de las dovelas se asemeja más a la puerta de San Esteban del siglo VIII, en la que las dovelas se distribuyen radialmente a partir del centro del arco, que a la puerta de San Ildefonso construida por al-Hakan II, en la que las dovelas se distribuyen a partir del centro de la línea de impostas (Figura 2). Este argumento nos hace pensar que se trata de una obra de época emiral, que podrá ser fruto de las obras de recuperación de las murallas a cargo de la familia de *Bakr b. Yahyā* referidas en las fuentes escritas (Picard, 2000: 49, 183).



Figura 2 – Arco *da Vila* de Faro a la izquierda y, a la derecha, Puertas de San Esteban (arriba) y de San Ildefonso (abajo) de la Mezquita de Córdoba.

Es mucho menos dudosa la persistencia del cristianismo en la ciudad. La vitalidad de la comunidad cristiana de Faro permitió que se mantuviese una jerarquía eclesiástica poderosa, atestiguada en la figura del obispo Juliano del que nos ha llegado su extraordinaria lápida funeraria fechada en el 987 d.C. (Dias, 1999). Procedente de un prestigioso taller cordobés, es notable que un ejemplar de esta calidad llegase a una comunidad cristiana del sudoeste de la que resta tan poca información.

En el caso de Mértola, otra ciudad importante en la Antigüedad Tardía, las fuentes árabes la denominan *ḥiṣn*, pero la imponente herencia tardoantigua, especialmente las estructuras paleocristianas, y el dinamismo de su puerto le darían el estatuto de *madīna*. Las imponentes estructuras defensivas de la Antigüedad Tardía todavía estarían funcionalmente aptas. El lienzo Norte, que todavía en la actualidad delimita la ciudad y soporta el criptopórtico, es un claro testimonio de ello. Seguramente, la Torre del Rio se mantendría en pie, a

pesar de las brutales crecidas del Guadiana, en mayor medida de lo que se conserva actualmente.

Las excavaciones de la *Alcáçova* han revelado que las imponentes estructuras del complejo religioso tardoantiguo se mantuvieron en uso hasta el siglo XI (Lopes, 2014: 199-201; Gómez, 2015: 100-101). Sin embargo, no se han encontrado niveles estratigráficos de época emiral. Los materiales recogidos en los niveles de abandono y destrucción de los edificios religiosos incluyen candiles de piqueta y ataífores vidriados en melado con motivos en manganeso del siglo XI. No obstante, es difícil determinar qué tipo de uso tuvo durante el período islámico. La fase final estuvo marcada, sin duda, por la expoliación de los materiales constructivos de más valor, por ejemplo, los mármoles que fueron sistemáticamente arrancados y retallados dentro del propio edificio, como hemos podido constatar documentando una zona de densa concentración de esquirlas de mármol (Lopes, 2014: 199-201). Sin embargo, el pavimento de mosaico de algunas de las estancias del complejo religioso fue reparado en varias ocasiones, una de ellas con una sencilla capa de argamasa y, en otro caso, con lajas de esquisto irregulares, lo que indica el uso de estos espacios en un momento en el que no era posible aplicar las lujosas técnicas constructivas del siglo VI. Es muy probable que, en un momento difícil de determinar entre los siglos X y XI, el gran pórtico situado en el lado norte del complejo tuviese una ocupación marginal como vivienda, ya que se han encontrado marcas de hogueras que ardieron directamente sobre los mosaicos. Es mucho más difícil determinar en qué momento dejó de tener culto cristiano. El estudio por especialistas de los vestigios de pintura al fresco del Baptisterio II (Lopes, 2014: 250-287) podrá dar pistas de en qué época fue ejecutado el registro iconográfico de su bóveda.

Otro edificio de la Antigüedad Tardía de Mértola que tuvo una ocupación marginal durante los primeros siglos del período islámico es el Mausoleo de la *Rua Dr. Afonso Costa* (Lopes, 2014). Tras el colapso de las bóvedas de las criptas, el espacio fue utilizado de forma marginal, adaptando la construcción mediante muros de piedra trabada con barro y pavimentos de tierra batida sobre los derrumbes. Desconocemos que tipo de uso fue dado en época emiral al edificio funerario. No se registró ningún enterramiento asociado a esta fase y los artefactos recogidos son escasos y poco expresivos a este respecto, aunque cabe especular con dos posibilidades: un culto cristiano asociado a reliquias o mártires, o un uso marginal como espacio doméstico.

También en Mértola, la epigrafía es testigo de la

continuidad de la población cristiana en época emiral, plasmada en la lápida funeraria de *Adulteos*, clérigo fallecido en el 729 (Días y Gaspar, 2006: 135). Esta inscripción corrobora la continuidad de la iglesia y de las tradiciones funerarias de la Antigüedad Tardía, que se documentan de forma prolija durante el siglo VI (Torres, 1993). Pero la decadencia económica de la ciudad se habría producido ya a lo largo del siglo VII, si nos atenemos a los datos epigráficos (Gómez, 2006: 104-113): el número de lápidas datadas en el siglo VII es muy reducido y la epigrafía de los inicios del siglo VIII dista mucho de la calidad de materiales y ejecución de las piezas de la primera mitad del siglo VI. En el ámbito de la epigrafía árabe, por su lado, llama la atención que la lápida funeraria en árabe más antigua conservada en territorio portugués sea la del Museo de Mértola fechada en 957 (Borges, 2001: 102 y 181-182) y que mucho tenga que envidiar en calidad a la ya mencionada del obispo Juliano.

Estos elementos claros de continuidad conviven con otros signos bien visibles de cambio. Un ejemplo de transformación progresiva en la topografía urbana de Mértola se habrá producido en la necrópolis asociada a la basílica funeraria del *Rossio do Carmo*, sobre una parte de la cual se instaló la *maqbara* musulmana. La orientación y las características constructivas de algunas sepulturas han llevado a argumentar un período de transición en el que algunos enterramientos mantuvieron aspectos aislados de las costumbres paleocristianas mezclados con elementos ya adaptados plenamente al rito musulmán (Macias, 1993: 54-55; Candón, 2001: 92).

En el espacio intramuros, el primer gran cambio estructural se produce en el castillo. Desconocemos a qué período remonta la ocupación de la acrópolis de la ciudad, aunque algunos indicios apuntan hacia la Edad del Hierro (Palma y Gómez, 2013). La primera referencia en las fuentes escritas se fecha en el siglo IX cuando *ʿAbd al-Mālik Abī I-Jawwād*, seguidor de *ʿAbd al-Rahmān Ibn Marwān al-Jilliqī*, tomó Mértola y reforzó su castillo (Coelho, 1989: vol. II p. 159; Picard, 2000: 206).

El monumento actual es el fruto de numerosísimas transformaciones y reparaciones difíciles de identificar y fechar. No obstante, pensamos que su perímetro trapezoidal y las torres de ángulo formarían parte del programa constructivo original. En esta fase de construcción emiral, se accedería por una entrada simple, flanqueada por dos torreones cuadrangulares compuestos por grandes sillares de granito de los que restarían todavía los elementos de esquina embutidos

en la puerta en codo de época almohade (Palma y Gómez, 2013; fig. 3). Durante obras de reparación de la puerta del siglo XX, quedó visible parte del aparejo de uno de estos torreones formado por grandes sillares de granito y mármol, alineados verticalmente, estructurando un aparejo más frágil de sillarejo irregular, con una apariencia próxima al *opus africanum*. En ese mismo lado de la fortaleza, orientado hacia el Norte, se conservan las primeras hiladas de otro torreón de planta cuadrada (Torres *et alii*, 1991: 16; Macias, 2006: II, 112), que estaría alineado con los torreones de flanco de la puerta (Figura 3).

Las intervenciones arqueológicas realizadas en el interior del castillo, aunque puntuales, han permitido documentar un conjunto de infraestructuras (canalizaciones y fosas negras) asociadas a viviendas que en algunos casos deben remontar al período emiral, aunque hayan sido desactivadas a finales del siglo X (Palma y Gómez, 2013).

Creemos que otro espacio de transformación urbana fue la plataforma donde se sitúa la actual Iglesia Parroquial de Mértola, antigua mezquita construida sobre edificios anteriores en la segunda mitad del siglo XII (Macias, Barros y Gómez, 2018). Las intervenciones arqueológicas realizadas junto al alzado exterior de la quibla revelaron una estructura, de menores dimensiones que la mezquita almohade, realizada en *opus africanum* con un pequeño ábside cuadrangular (Figura 4).

Inicialmente la interpretamos como uno de los templos que integraban el gran complejo religioso paleocristiano, que habría sido adaptado al culto musulmán, pudiendo haber sido compartido por las dos comunidades religiosas en el inicio de la presencia musulmana en el territorio como era habitual en la época (Torres *et alii*, 2018). No obstante, la orientación de esta construcción, semejante a la de la mezquita que se apoya sobre ella y diferente de la que siguen las otras construcciones cristianas de la zona, y el hecho comprobado en Mérida (ALBA, 2009: 402) de que el *opus africanum* siguió utilizándose en época emiral nos han llevado a reinterpretar este edificio como una primitiva mezquita (Macias, Barros y Gómez, 2018: 73-74).

De lo que no hay duda es de que este edificio fue substituido por una mezquita con la anchura de la actual, pero anterior al templo almohade, con un *mihrab* de planta rectangular y no poligonal, construido con un aparejo de grandes sillares de granito reutilizados y que, a falta de elementos de datación más precisos, fechamos en época omeya (Gómez, 2011).

Deberá ser estudiada la perduración del *opus africanum* en construcciones emirales del Garb, que po-

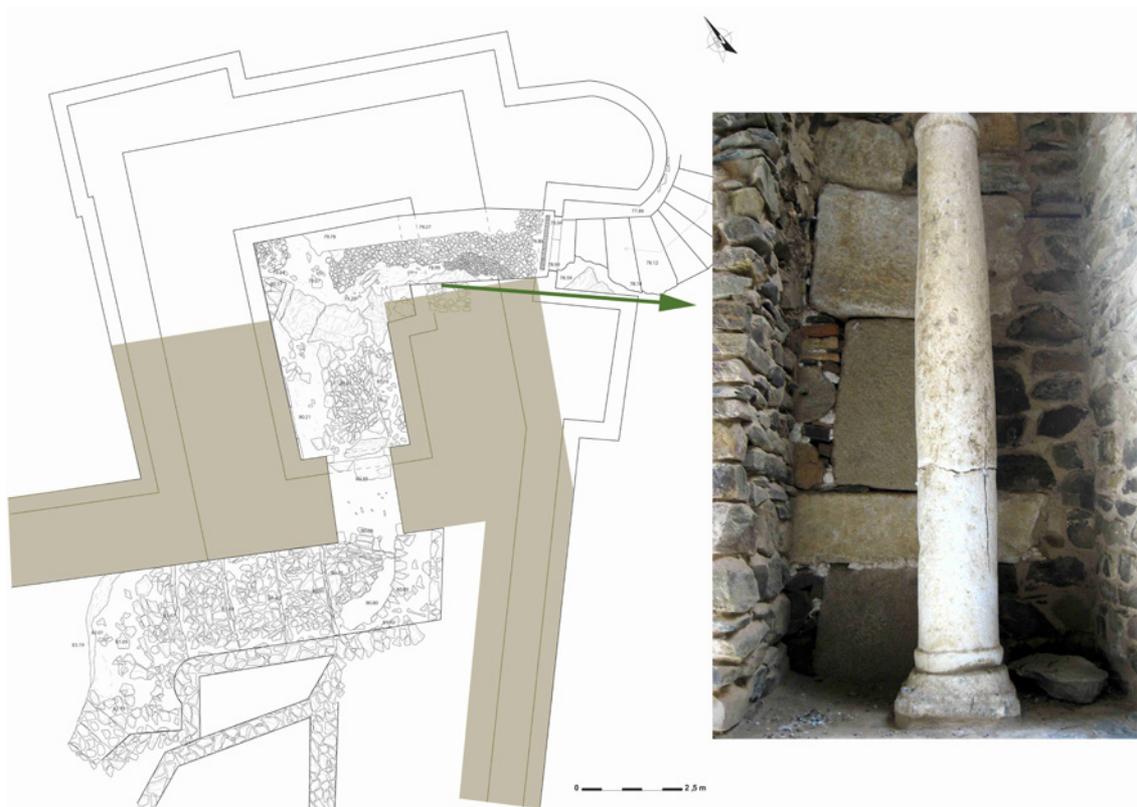


Figura 3 – Castillo de Mértola. Propuesta de la planta del siglo IX y vestigios del torreón oriental.

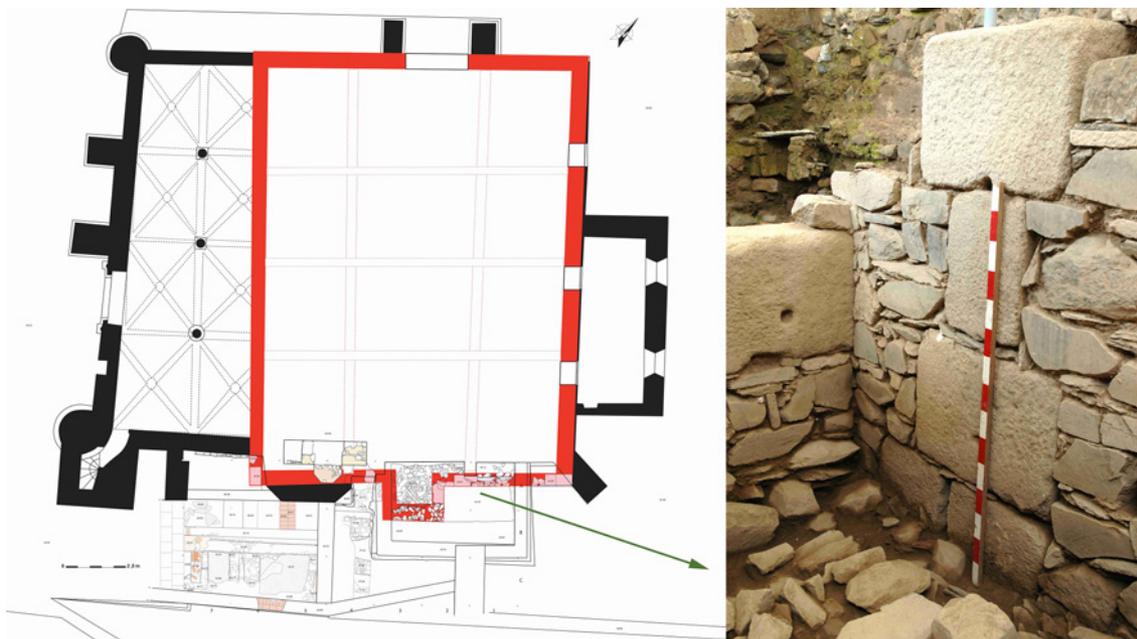


Figura 4 – Mezquita de Mértola. Estructura de *opus africanum* y propuesta de planta de las estructuras subyacentes a la mezquita almohade según Lopes, 2014.

dría no ser casual, asociándose a prácticas constructivas resilientes, seguramente, y a su uso preferente por las aristocracias locales, que las promovieron.

Beja, capital de *conventus*, fue la principal ciudad del sudoeste durante el siglo VII, que siguió siéndolo durante el siglo VIII, como atestigua el establecimiento en ella del *jund* de Egipto en el año 124 H./742 d.C. Aunque el aporte demográfico de árabes durante los primeros años de dominio musulmán pudo no ser tan grande como se desprende de las fuentes escritas, el significado de este asentamiento es sumamente importante (Sidarus, 1996; Macias, 2006: T. I, p. 37 y sig.). No obstante, desconocemos si éste se realizó de forma maciza en la propia ciudad o en los ricos terrenos que la circundan; de hecho, según algunos autores, no debieron darse repartos de tierra sino de rentas (Chalmeta, 1998: 23 y 1994: 333; Sidarus, 1996; Picard, 2000: 29).

A pesar de las muchas referencias escritas que han llegado sobre esta ciudad, ningún estrato arqueológico sellado ha sido encontrado, hasta el momento. Por ejemplo, las excavaciones de Conceição Lopes en la zona del templo romano del antiguo *forum*, han documentado diversos momentos de ocupación, algunos de ellos de época andalusí, pero ninguno de época emiral. Esta ausencia debe atribuirse, sobre todo, a la dinámica de utilización intensiva de las estructuras de época romana que sirvieron, incluso, de cimientos para las construcciones de los siglos XIV y XV, que utilizaron las fundaciones del templo imperial para acomodar sótanos y bodegas.

Entre los escasos vestigios conservados de la Alta Edad Media de Beja, merece una especial atención la decoración arquitectónica de varios templos cristianos, especialmente de la iglesia de Santo Amaro. Muchas de estas piezas han sido fechadas entre los siglos VIII y IX (Torres *et alii*, 1993) lo cual indicaría, a pesar del debate a que está sujeta esta cronología (Torres *et alii*, 2007: 173-174), que, por lo menos hasta el siglo IX, la comunidad cristiana de Beja tenía suficiente capacidad económica como para desarrollar programas arquitectónicos de gran calidad estética y técnica. Esta es una realidad que no es exclusiva de la capital de la *kūra* y que se constata también, por ejemplo, en Castro da Cola (Torres *et alii*, 2007) y Mértola (Torres *et alii*, 1991).

Por lo que se refiere al fenómeno del crecimiento de ciudades a partir de núcleos menores de poblamiento de la Antigüedad Tardía, este es un modelo que se repetirá en épocas posteriores (por ejemplo, en Loulé y Tavira en el siglo XII). En el caso de Silves, a partir de un asentamiento romano/tardoantiguo toda-

vía mal definido, la localidad fue ganando, a lo largo del siglo VIII, un papel relevante en la organización política y social del sudoeste peninsular, plenamente establecido en el siglo IX (Encarnação y Gonçalves, 2013; Gonçalves, 2009: 491; Gomes, 2002). A pesar de ello, algunos de los vestigios señalados como de este período nos levantan muchas dudas, especialmente las cerámicas decoradas en verde y morado fechadas en el siglo VIII (Gomes, 1995), que se equiparan claramente a cerámicas datadas en el siglo XI en el resto de al-Andalus. No obstante, es el yacimiento que ha revelado un mayor número y variedad de ejemplares de cerámica vidriada sobre retícula en relieve, datada del final del período emiral y de proveniencia malagueña, como han demostrado los análisis arqueométricos (Salinas *et alii* en este mismo volumen).

En resumen, los pocos vestigios arqueológicos preservados en estas ciudades retratan aglomerados mal poblados, con un paisaje urbano dominado por las construcciones antiguas y paleocristianas y, en los que las intervenciones urbanas más marcantes, como la renovación de las murallas y la construcción de alcazabas y mezquitas, van a ser obra del siglo IX. No obstante, a pesar de su fragilidad, esa red de ciudades parece ser determinante en la reestructuración del poblamiento que se aprecia a partir de época califal, en la que casi todas se van a mantener, incorporándose núcleos nuevos, frecuentemente, a partir de la afirmación de asentamientos más modestos que ya existirían con anterioridad, como es el caso de Silves. Badajoz sería la única fundación con marcado carácter político.

3. POBLAMIENTO FORTIFICADO

La información existente sobre poblamiento fortificado² es algo mayor. Contamos con fuentes escritas que refieren algunos *ḥuṣūn*, a veces de identificación controvertida como *Ṭuṭāliqa*. La mayoría están claramente identificados. Destacamos los casos de Ourique donde se refugian los *Banū Barkr b. Zadlafa*, Aljustrel donde se instala *Mas'ūd b. Sa'd al-Surunbāqi*, Aroche fortificada por *Bakr b. Maslama*, Alcacer do Sal donde la construcción de la fortaleza y el asentamiento en ella de los *Banū Danis* determinará su evolución para una

² La terminología a utilizar para cada tipo de estructura fortificada es un problema que todavía no ha tenido en el Garb la reflexión que merecería. El tema es especialmente complejo para época emiral debido a la parquedad de las fuentes escritas. Los términos en árabe que utilizamos deben interpretarse de forma genérica e imprecisa.

estructura de carácter urbano. En las fuentes, los *Banū Marwān* parecen controlar una red de fortificaciones de altura que incluyen, entre otras, Marvão, Alange, y Barchabal, frente a Badajoz que pudo también haber sido fundada más con este carácter fortificado que urbano (Picard, 2000: 230-231). Incluso Mértola, fortificada por *ʿAbd al-Mālik Abī l-Jawwād* es calificada de *ḥiṣn* por fuentes como *al-Rāzī* (Lévi-Provençal, 1953: 88). Parece, por lo tanto, que van a ser las aristocracias locales/regionales las que van a impulsar una red de fortificaciones, en ocasiones aprovechando estructuras anteriores.

Pero son muchos otros los castillos y poblados fortificados de este período que podemos encontrar a través de la arqueología, aunque pocos de ellos han sido objeto de excavaciones arqueológicas sistemáticas.

Cláudio Torres (1992a) realizó una primera e intuitiva propuesta de tipología y organización del poblamiento rural fortificado en el Bajo Alentejo. Básicamente, distinguía tres tipos que relacionaba estrechamente con las formas de explotar los recursos: el poblado sobre una pequeña elevación controlando tierras de cultivo fértiles, como en los casos de Serpa y Moura; el poblado fortificado de vocación ganadera, formado por un pequeño recinto y un albacar fortificado, como en los casos de Ourique, Castro da Cola y Almodovar; y un tercer tipo consistente en poblados de cumbre que, por lo general, ocupaban las mismas defensas que antiguos poblados de la Edad del Hierro, como por ejemplo en Colos do Alentejo y en Castro Verde, a los que añadiríamos Garvão. En muchos casos se trataría de la vuelta de las poblaciones autóctonas rurales a los lugares de los antiguos asentamientos de altura prerromanos. Desde el punto de vista de las técnicas, Cláudio Torres identificaba el poblamiento rural fortificado con estructuras muy sencillas, de piedra irregular unida con barro (Torres, 1992a: 195).

Helena Catarino (2002) hizo un análisis muy acertado sobre el modo de estructurarse esta red de fortificaciones para el Algarve, especialmente en la región occidental en la que los trabajos de prospección le permitieron trazar un cuadro general del poblamiento, aunque las excavaciones del *Castelo Velho de Alcoutim* y el *Castelo das Relíquias* son las que le proporcionan un cuadro cronológico claro. En el primero de los castillos, encontró indicios de su existencia ya en época tardoantigua (Catarino, 1997/1998; 2005/2006: 125). Esto habrá sido común a otras fortificaciones como Castro da Cola, Serpa, Moura o Noudar (Macias y Lopes, 2012: 308-309).

Si exceptuamos el caso del *Castelo Velho de Al-*

coutim, poco se conoce de la estructura de estas fortificaciones, en su mayoría enmascaradas por construcciones posteriores y carentes de intervenciones arqueológicas que permitan atribuir cronologías y evolución a sus arquitecturas. Las excavaciones en este yacimiento han revelado un conjunto fortificado en el que se destaca un pequeño alcázar de planta rectangular en la parte superior, defendido por torres macizas cuadrangulares. También fue identificada una segunda línea de murallas rodeando el alcázar, aparentemente más antigua e igualmente con torres rectangulares adosadas (Catarino, 1997/1998; 2005/2006: 125). Una estructura semejante parece haber tenido el castillo de Alferce en Monchique (Capela, Teichner y Hermann, 2020; ver figura 5).



Figura 5 – Castelo de Alferce.

El Castro da Cola, extensamente excavado por Abel Viana (1958, 1960) aunque con muchas dudas de la adscripción cronológica de las estructuras, también poseía dos recintos fortificados contiguos, el alcázar y la muralla que encerraba el conglomerado urbano. La planta, aproximadamente rectangular, es bastante más regular que en los casos de la sierra del Algarve, seguramente debido a una topografía favorable. Es difícil decir si esta sería ya la estructura de época emiral, ya que es un poblado con muchas reconstrucciones (algunas del siglo XX) que sólo se abandonará después de la conquista cristiana.

El caso de Mesas do Castelinho, en Almodovar, parece corresponder a una tipología diferente, con un único recinto. Asienta sobre un gran poblado de la Edad del Hierro y del inicio del período romano (Gueira y Fabião, 1993). Aunque muy destruida, fue posible identificar una fortificación de pequeñas dimensiones, planta ovalada, con torres avanzadas de planta rectangular y rodeada de un foso. Los materiales que se conocen de este yacimiento son más recientes (siglos X-XI) aunque podría haber tenido una ocupación más antigua.

A pesar de las incertidumbres que plantea la imprecisión cronológica, podemos deducir una cierta diversidad de soluciones, con evoluciones diferentes en los períodos posteriores, aunque con el denominador común del uso de mamposterías en seco o trabadas con barro y ejecutadas con materiales locales. No muestran indicios de técnicas áulicas de construcción que pudiésemos asociar a iniciativas del poder central de Córdoba.

Estos pequeños castillos rurales, además de controlar el territorio circundante, debieron tener un importante papel en la gestión de recursos estratégicos. Algunos pueden asociarse a la explotación minera como Aljustrel y *Tuṭāliqa* (Torres, 1992b), otros al control de vías de comunicación, como el *Castelo Velho de Alcoutim* en relación con la gran vía de comunicación que era el Guadiana. Seguramente tuvieron la evolución que se registra en otras zonas, dentro de un cuadro de gestión local y regional por las aristocracias locales, después asumida por el poder central, como señalaba Ación (1989). No es tan claro el papel que pudieron tener como agentes de islamización del territorio, aunque Helena Catarino ve en la existencia de una mezquita en el *Castelo de Alcoutim* un indicio de ello (Catarino, 2005/2006: 121; ver figura 6).



Figura 6 – Mesquita do Castelo Velho de Alcoutim. Fotografía Miguel Ángel Hervás.

4. EL POBLAMIENTO RURAL NO FORTIFICADO

Tomando como base de análisis la información reunida por el grupo CIGA (ver en particular Catarino *et alii*, 2012; Cavaco *et alii*, 2013, Gómez *et alii*, 2015) sobre la cerámica del territorio portugués surgen algunas cuestiones previas que nos obligan a una gran precaución. En primer lugar, el mapa de dispersión de hallazgos de diversa índole de época emiral (figura 1) muestra una concentración elevada de yacimientos en el estuario

del Tajo y la Península de Setúbal. Pensamos que esta concentración se debe a que es una zona más estudiada que otras debido a la coyuntura actual de mayor intensidad de intervenciones de salvamento publicadas. Lo mismo ocurre en el trozo medio del Guadiana, en la zona objeto de investigaciones preventivas motivadas por la construcción del embalse de Alqueva. Un panorama bastante parecido lo tendríamos en las zonas afectadas por la construcción de canalizaciones de riego derivadas de ese mismo embalse si fuesen publicadas las intervenciones de salvamento que están teniendo lugar. Las noticias que van siendo comunicadas oralmente parecen indicar fenómenos recurrentes de asociación de antiguas *villae* a asentamientos rurales emirales y necrópolis islámicas, a escasa distancia entre ellos.

En el lado opuesto, es incomprensible el vacío existente en el polígono entre Coímbra–Guarda–Évora–Santarém. Sin duda, deberá atribuirse a un déficit de la investigación que parece también extensivo a otros períodos, especialmente, si tenemos en cuenta que en esta área se encuentran localidades de primer rango en época emiral, como es el caso de Idanha-a-Velha, la *Layḍāniyya* de los textos, donde los resultados recientes de la investigación decepcionan por lo escaso y pobre (Sánchez y Morín 2016).

Relativamente a la cerámica emiral, el grupo CIGA registraba, en 2018, 43 yacimientos, que en su mayor parte son poblados rurales (67%), siete son poblados fortificados y otros siete son considerados núcleos urbanos. Ese gran porcentaje de yacimientos rurales corresponde a un abanico muy diversificado de estructuras de hábitat, en muchos casos escasamente caracterizadas. A continuación, intentaremos sistematizar algunos de los grupos más significativos.

4.1. Las antiguas *villae*

Uno de los fenómenos específicos del poblamiento del sudoeste peninsular que ha sido señalado frecuentemente es la continuidad de un número considerable de *villae* romanas que, en bastantes casos, perduran hasta el siglo XII e incluso XIII (Macias y Lopes, 2012), normalmente despojadas de su carácter de gran unidad de explotación latifundista señorial. Podemos referir el Cerro da Vila en Vilamoura (Matos, 1996), Milreu cerca de Faro (Teichner, 1994), Montinho das Laranjeiras en Alcoutim (Coutinho, 1993 y 2003), y São Cucufate (Alarcão, Étienne y Mayet, 1990: 268³) y Monte

³ A pesar de que la excavación arqueológica no haya registrado niveles islámicos, se ha encontrado cerámica andalusí en el yacimiento.

da Cegonha en Vidigueira (Lopes y Alfenim, 1994). Pero esta continuidad también puede dar lugar a conclusiones precipitadas si no se analiza en detalle la diversidad de soluciones que encontramos en la transformación de la *villa* en la Alta Edad Media. Santiago Macias y Conceição Lopes enumeran un conjunto significativo entorno a Beja: Pisões, Apolinárias, Romeirã, Carrocozinha, Monte da Cegonha, etc. En ellas, no hay un modelo claro que explique esta continuidad: ni la proximidad de Beja, ni su "monumentalización" en época tardoantigua, ni su dimensión explican porque tuvieron esa continuidad (Macias y Lopes, 2012: 309-312). En los últimos años, la implantación de sistemas de regadío en el territorio ha proporcionado una abultadísima información que no ha sido, todavía, procesada pero que dibuja un cuadro complejo de relaciones de pequeños asentamientos relacionados entre sí.

En algunos casos, esta continuidad pasa por su transformación en monasterio familiar durante la Antigüedad Tardía. Podrían incluirse en este grupo dos casos que han mantenido estructuras en pie hasta nuestros días como São Cucufate en Vidigueira (Alarcão *et alii*, 1990), o el modesto Monte Mosteiro, situado en un punto estratégico en la vía terrestre que unía Beja y Mértola y que conserva un topónimo muy sugestivo (Lopes, 2011; ver fig. 7). Igualmente sugestivo es el nombre del yacimiento de los *Mosteiros*, en Portel, aunque éste parece haber tenido una menor continuidad (Alfenim y Lima, 1992). Es posible que tuvieses también este carácter las *villae* de Montinho das Laranjeiras en Alcoutim y Monte da Cegonha en Vidigueira. Las intervenciones arqueológicas en los dos primeros yacimientos indican fuertes reconstrucciones, sobre todo tras la conquista portuguesa en el siglo XIII, que pueden haber devirtuado no sólo los edificios cristianos originales, sino también las posibles alteraciones sufridas durante el período de dominio musulmán. (Figura 7)



Figura 7 – Ábside de la iglesia del Monte Mosteiro.

Una de las cuestiones en abierto es cómo y cuándo se produjo el abandono de las estructuras religiosas paleocristianas, que pudo deberse a la conversión al Islam de la comunidad campesina que utilizaba el espacio. En el caso de Montinho das Laranjeiras, Helena Catarino propone, no un abandono de la iglesia paleocristiana propiamente dicho, sino su transformación en mezquita rural (Catarino, 2005/2006).

Un testimonio evidente de islamización de una antigua *villa* lo encontramos en Milreu cerca de Faro, donde se han encontrado inscripciones en árabe sobre una columna. Los grafitos se realizaron con la columna todavía en pie, en un periodo indeterminado entre finales del siglo VIII e inicios del siglo IX (Sidarus y Teichner, 1997). Han sido interpretadas como inscripciones funerarias de una misma familia muladí en el contexto de una necrópolis musulmana. Esta sucedió o coexistió, con el cementerio que rodeaba a un templo paleocristiano que, a su vez, reutilizaba un antiguo santuario romano (Sidarus y Teichner, 1997). Se trataría, probablemente, de una familia de la élite local, si atendemos al título de "jefe" con el que se designa al patriarca de la familia, lo que nos incita a especular con un raro modelo de pervivencia de la *villa*, en el cual los propietarios se mantuvieron adoptando la nueva religión.

Todos estos ejemplos sugieren una continuidad de la ocupación del poblamiento rural, tanto de cristianos como de conversos al Islam, durante el período emiral en sitios que, entre los siglos VII y VIII, habrían dejado de ser, en la mayor parte de los casos, residencia de grandes propietarios para convertirse en asentamientos de campesinos. Algunos de estos asentamientos campesinos sobre antiguas *villae* acabarían por convertirse en poblados de alguna importancia. Es el caso, sin duda, del *Cerro da Vila* en Vilamoura. La calidad de los materiales documentados en este yacimiento (Matos, 1991; Teichner, 2006), especialmente a partir del siglo X, muestran claramente que se trataba de un asentamiento con una actividad artesanal y portuaria muy significativa que supera las capacidades de un simple asentamiento campesino o aldea de pescadores.

Uno de los problemas con que se depara la arqueología es la cuestión de cuáles serían las residencias de las aristocracias rurales después del abandono de la *villa* clásica. En gran parte, ello se debe a que desconocemos cuáles serían los patrones de diferenciación de la cultura material de las élites de la época, y son raros los objetos de lujo y ostentación fechados en este período. Si exceptuamos el caso, raro, de Milreu donde, como vimos, un grafito nos ilumina sobre esta cuestión,

la arquitectura militar acaba por ser el indicador por excelencia de identificación de las élites. Manuel Ación ya abordó en diversas ocasiones el problema (Ación, 1989; 2006). Siguiendo uno de sus argumentos, no son raras las *villae* con topónimos actuales en “Torre” y “Torrejão” que, en algunos casos, registran también ocupación en época emiral. Ación mencionaba el caso de Torre de Palma en Monforte, pero también podrían corresponder a este modelo Torre Velha I en Serpa, estudiada por Teresa Ricou (Ricou, Gonçalves y Gómez, 2013), Torrejão Velho en Olhão, Torre do Azinhal en Marvão (ver en el *Portal do Arqueólogo – Sítio* (5830); Portugal. DGPC, 2014-). Será interesante también analizar otros topónimos que puedan derivar de *burj* o de *qubba* como Alvor en el Algarve, ya señalado por Ación (2006: 27), o Cuba en el Alentejo. La revisión de todos estos yacimientos desde esta óptica podrá ayudarnos a comprender, no sólo a evolución de la *villa*, sino también el encuadramiento y jerarquización de los asentamientos de menores dimensiones que comienzan a ser detectados por la arqueología.

A pesar de lo que sugieren los topónimos, son raros los testimonios físicos de estas torres en el sudoeste de al-Andalus. En el caso de Torre de Palma, la torre señorial, que actualmente se conserva transformada en establecimiento hotelero, podría haber sustituido otra anterior. Si esta posibilidad se confirmase, habría que pensar que la localización de estas torres podría haberse desplazado en relación con el núcleo primitivo de la *villa*, seguramente a una posición más elevada o libre de ruinas que dificultasen la visión y la defensa. Sin embargo, la arqueología preventiva del medio rural, muy activa en los últimos años, no ha detectado estas estructuras, eventualmente, por haber sido construidas en materiales perecederos.

4.2. ¿Aldeas y alquerías?

La atribución de forma acrítica de los términos *qarya*, *qa'ya*, *munya*, *majāshir* o *raḥāl* a un determinado poblado rural identificado por la arqueología puede dar lugar a errores de interpretación que algunos autores ya han señalado (Pérez, 2014). El carácter jurídico-administrativo que cada unidad de poblamiento tuvo difícilmente puede ser deducido sin el auxilio de las fuentes escritas, que rara vez se ocupan de este tipo de asentamientos y que, frecuentemente, utilizan términos polisémicos e imprecisos que pueden cambiar con el tiempo y con la evolución de los poblados. Por ejemplo y sin entrar en mayor detalle, las fuentes designan a Tavira como una *qarya*, que más tarde pasó al estatuto de *madīna* (Picard, 2000: 151).

Independientemente de ello, la arqueología puede y debe utilizar sus propios criterios para definir categorías coherentes desde el punto de vista material. Los investigadores de esta área deberán llegar a acuerdo sobre lo que es una alquería, una aldea, una almunia o un rafal. Pérez Aguilar (2014) ha propuesto un conjunto de criterios (extensión, emplazamiento, tipos de materiales constructivos, tipos de materiales cerámicos y otros tipos de materiales) para distinguir tres clases de poblados: el asentamiento rural de primer orden, el asentamiento rural de segundo orden y asentamientos rurales de planta dispersa. No obstante, aquí al igual que en la definición de la ciudad, encontramos que, para el período emiral, los criterios que definen un poblado de “primer orden” pueden ser mucho más modestos que, por ejemplo, para el período almohade.

El tema de la terminología, lejos de ser banal, obliga a la reflexión y el debate y debería ser abordado dentro de un marco más alargado donde tengan cabida especialistas de diversas áreas, incluidas a filología y la lingüística computacional (a título de ejemplo, ver Almeida, 2019). Particularmente, creemos que los argumentos para la atribución de términos en el caso del poblamiento pueden utilizar los criterios de selección que se propusieron, en su momento, para la terminología cerámica: el término escogido debe ser usado en las lenguas actuales de modo a que el neófito no encuentre dificultad en identificar el objeto de estudio; siempre que existan y sean usados por los especialistas se dará preferencia a los arabismos; en el caso de no existir estos últimos en el lenguaje corriente se dará prioridad a los términos menos ambiguos, más usados por los investigadores, de mayor difusión internacional o de mayor tradición lingüística (Torres, Gómez y Ferreira, 2003; Bugalhão *et alii*, 2010). Teniendo en cuenta estos criterios, me parece aceptable usar el término portugués “*alcaria*” para los poblados de media dimensión de carácter rural, de reducido carácter militar (ausencia de murallas o existencia apenas de cercas poco robustas) y vocación eminentemente agro-pastoril. No obstante, este tema requiere una reflexión mucho más profunda.

En Portugal los topónimos *alcaria* son muy frecuentes y, en bastantes casos en el sur del país, están asociados a poblados de época andalusí abandonados o que han tenido continuidad hasta nuestros días. Centrándonos únicamente en el alfoz de Mértola, encontramos aún habitadas, entre otras, Alcaria dos Javazes, que ha sido identificada con la *qarya de al-Gaawza* referida por *Ibn al-Ḥaṭīb* (Khwali, 2001: 37-38), y *Alcaria*

Ruiva, que tras la conquista del territorio por la Orden de Santiago acaba transformada en encomienda junto con Mértola (Boiça, 1998: 75; Barros, Boiça y Gabriel, 1996). Los micro-topónimos son todavía más abundantes como se desprende de la Carta Arqueológica del municipio (Palma, 2012). Aquí, como en el caso de las fortificaciones rurales, el problema está en la datación de los yacimientos y su evolución.

Desde el punto de vista arqueológico, la única que se ha estudiado en profundidad en el territorio de Mértola es Alcaria Longa (fig. 8), excavada por Boone (1992, 1993, 1994, 1996 e 2001) a inicios de los años 90 del siglo pasado. La localidad actual con ese nombre dista aproximadamente un kilómetro del yacimiento andalusí, que tiene precisamente una configuración alargada, cubriendo las dos cabezas de un cerro. En el cabezo más alto se erguía una torre, pero no se ha podido concluir la existencia de una cerca rodeando las viviendas que se extienden por 5 ha, aproximadamente. Aunque no ha sido excavado integralmente, podemos estimar de forma aproximada que estaría compuesto por cerca de 15 viviendas cuya estructura difiere de la casa de patio cercado por sus cuatro lados registrada en la ciudad. Está compuesta por compartimentos alargados formando L o U de modo a configurar un patio abierto. Hasta el momento, las excavaciones no han permitido documentar su ocupación con anterioridad al siglo X. (Figura 8)



Figura 8 – Alcaria Longa.

El caso más claro de alquería de época emiral es el Alto da Queimada, en Palmela (Fernandes, 2004). Se trata de un asentamiento de altura, con antecedentes en la Antigüedad Tardía, que pervivió hasta el siglo XI, formado por habitaciones rectangulares, con paredes talladas en la rocha y en mampostería grosera, y cubiertas de materiales perecederos. En ella se registraron evidencias de actividades agrícolas y pesqueras y, lo que es extremadamente significativo, una sala de oración (Fernandes, 2008) que indica un elevado grado de islamización de estas poblaciones rurales.

Un tipo de yacimiento de este período bastante frecuente y de difícil clasificación es el formado por conjuntos de silos y fosas sin estructuras asociadas. Es posible que estas no se detecten por haber sido construidas en materiales perecederos. Podemos referir como ejemplos Quinta da Granja en Alcobça (González, 2013), Porto Torrão en Ferreira do Alentejo (Pereira, 2013) o Barradas en Lagos (Silva y Silva, 2005). No obstante, la cantidad y dimensiones de los silos nos incita a pensar que servirían a una comunidad rural de varias familias y no a un sencillo casal rústico.

Otras alquerías excavadas en territorio portugués como la de los Alcariáis de Odeleite (Santos, 2006) parecen tener cronologías posteriores al período califal. Por lo tanto, parece que los poblados de alguna envergadura se documentan en mayor medida en períodos más tardíos, sin evidencias claras de una ocupación emiral. La mayor parte de las unidades de poblamiento rural no fortificado son pequeñas, como las aldeas campesinas asociadas a las transformaciones de la *villa* romana, o muy pequeñas como granjas y caseríos aislados.

4.3. Caseríos aislados y granjas

Si excluimos los asentamientos campesinos en las antiguas *villae*, la mayor parte de los yacimientos rurales excavados en el Garb corresponden a caseríos aislados o pequeñas granjas.

En trabajos anteriores (Gómez 2015, 2019), al tratar del poblamiento rural, analizábamos dos casos de estudio de este tipo de poblamiento disperso en los que se combinó la prospección sistemática y la excavación arqueológica: el primero en la zona sudoeste del Municipio de Mértola, dirigido por James Boone, y el segundo en el ámbito de las actividades de arqueología preventiva de la construcción del Embalse de Alqueva, dirigido por João Marques.

Los trabajos de prospección de Boone (2001) en el sur del territorio de Mértola identificaron un aumento muy significativo del número de yacimientos en rela-

ción con el período romano (157 para 22, respectivamente) y un conjunto de 60 asentamientos de transición entre la Antigüedad Tardía y el periodo islámico. Tres de estos yacimientos de transición (Queimada, Raposeira y Costa #2) fueron objeto de excavación arqueológica en la que se identificaron viviendas de planta rectangular que formarían pequeñas aldeas que no tendrían más de cuatro viviendas cada una.

En el segundo caso de estudio (Marques *et alii.*, 2014), la investigación se vio condicionada por el límite de cota de afectación del embalse que pudo haber desvirtuado los resultados de la prospección excluyendo, eventualmente, posibles poblados de altura. Seis

de los asentamientos estudiados tenían ocupación en el período emiral: Cabeçana 4, Espinhaço 7, Espinhaço 11, Monte Roncanito 13, Monte Roncão 13 y Monte Roncanito 10 (Grilo, Gómez y Marques, 2014). Todos ellos recurrían a la materia prima local para construir en tapial sobre zócalos de piedra. Cabeçana 4 (fig. 9) destacaba por su mayor tamaño y persistencia en el tiempo, ya que su cronología abarcaba desde mediados del siglo V hasta finales del siglo VIII. Estaba compuesto por dos núcleos: uno principal de vivienda y otro secundario de apoyo a las actividades agrícolas y pastoriles. Se ha interpretado como una pequeña comunidad constituida en forma de familia alargada con



Figura 9 – Cabeçana 4 , a partir de Marques *et al.*, 2014.

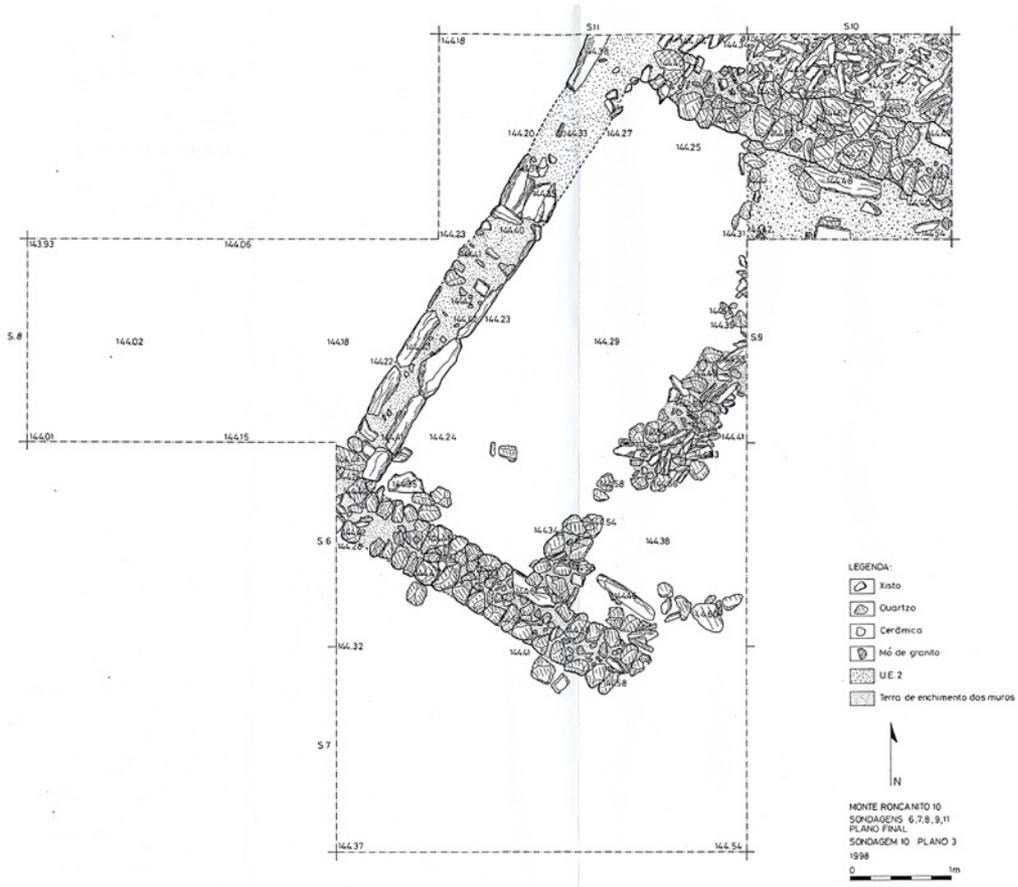


Figura 10 – Monte Roncanito 10, a partir de Marques *et al.*, 2014.

alguna capacidad de almacenar excedentes agrícolas, dada la abundancia de grandes contenedores. Los otros yacimientos son más pequeños: Monte Roncanito 10 (fig. 10), con una cronología entre los siglos IX y XI, también tenía dos núcleos: uno dedicado a vivienda y otro de apoyo de las actividades agro-pastoriles. Estos dos poblados convivieron con otros de menores dimensiones (Espinhaço 7, Espinhaço 11, Monte Roncanito 13 y Monte Roncão 13), todos ellos con un único núcleo de vivienda. A partir de estos datos, sugerimos la hipótesis de que, entre la Antigüedad Tardía y el período emiral, el poblamiento conjugase pequeños yacimientos de diferentes tipos, eventualmente jerarquizados entre sí (Grilo, Gómez y Marques, 2014: 240). (Figuras 9 e 10)

La comparación entre estos dos conjuntos de yacimientos nos llevó a concluir un tipo de poblamiento semejante, constituido por pequeñas aldeas o granjas, de no más de tres o cuatro viviendas, construidas con técnicas sencillas que aprovechaban la materia prima local, ajuares domésticos pobres y poco variados constituidos por cerámicas de producción local y una reducida presencia de objetos provenientes de mercados urbanos. Se trataría, por lo tanto, de rasgos propios de comunidades rurales con una economía de subsistencia alejada de circuitos comerciales más amplios.

En ambos casos, asientan sobre terrenos con una topografía semejante, con un relieve ondulado, y suelos esqueléticos, muy pobres y con elevado riesgo de erosión, afloramientos rocosos frecuentes y baja fertilidad, lo que ocasiona una escasa productividad agrícola. Podemos considerar que las dos zonas responden a condicionantes ecológicos parecidos, que proporcionarían un abanico semejante de recursos naturales, aunque dos factores podrían marcar una diferencia importante entre ellos: la mayor proximidad de un núcleo urbano y la presencia de recursos minerales importantes en la región de Mértola. Sin embargo, no se han encontrado artefactos que puedan proceder de mercados externos ni se han constatado indicios de explotación minera. Así pues, podemos considerar que en las dos áreas el grupo humano se nutría de la explotación de una agricultura de secano poco productiva y del pastoreo.

Un aprovechamiento de los recursos diferente es el que constata Helena Catarino en la zona de Alcoutim donde las prospecciones le permitieron identificar un poblamiento minero disperso y en constante desplazamiento, conforme los filones se fuesen agotando (Catarino 2012). Este tipo de poblamiento "rotativo" pudo haberse aplicado también en explotaciones agrícolas

de escasa rentabilidad, como parece ocurrir en la zona de Alqueva donde vemos sucederse los "Monte Roncanito" a escasa distancia unos de otros (Marques *et alii*, 2014). Así, a la hora de definir patrones de poblamiento, parece fundamental dimensionar la capacidad productiva de los espacios de los que estos pequeños asentamientos dependían, en especial en lo que se refiere a recursos hídricos y capacidad de los suelos.

No tenemos elementos que permitan confirmar si se trataba de campesinos dependientes o pequeños propietarios de tierras. No obstante, el tipo de distribución de los asentamientos parece adecuarse a un modelo de gestión directa de los recursos por parte del agricultor, independientemente de a quien perteneciesen los terrenos que explotaba. La carencia de información a este respecto es prácticamente absoluta, y apenas podremos atisbar alguna respuesta en función de la presencia de estructuras de poblamiento de las élites que pudieran ser las propietarias de los terrenos.

5. RABITAS, RIBĀṬ Y PRÁCTICAS EREMÍTICAS

La práctica del *ribāṭ* ha sido debatida extensamente desde varios ámbitos (a título de ejemplo, Picard y Borrut, 2003), sobre todo por la confusión existente en algunos casos entre la práctica religiosa y la estructura arquitectónica asociada a esta práctica que, sin entrar en más disquisiciones terminológicas, denominaremos rábita. En su último artículo, póstumo, Juan Zozaya (2018) relacionaba con el *ribāṭ* un cierto poblamiento en gruta, que en el Garb detectamos en la *Serra da Arrábida* (Península de Setúbal), cuyo topónimo evoca precisamente esta práctica. En la *Lapa do Jerónimo* y en la *Gruta do Forte do Cavalo* las excavaciones de yacimientos prehistóricos identifican niveles andalusíes (Fernandes, 2004). Este podría representar un ejemplo de poblamiento rural de carácter eremítico, que habrá surgido en la Antigüedad Tardía y habrá tenido continuidad en época emiral.

Se ha cuestionado, también, si tuvieron este carácter de *ribāṭ* pequeñas mezquitas encontradas en contexto rural, concretamente la del *Cerro da Mina* en Almodóvar (Henriques *et alii*, 2016) y la del *Alto da Vigía* (*Praia das Maças*, Sintra) todavía insuficientemente estudiada, pero en proceso de clasificación (DGPC, 2016; Borges, 2016). Si bien en el caso de la mezquita del Alto da Vigía la localización en un punto de control de la costa la asemeja a las rábitas de Guardamar (Azuar 2015) y Arrifana (Gomes y Gomes 2007), en el caso del *Cerro da Mina*, cuyos materiales denotan una amplia cronología entre la Antigüedad Tardía (?) y

el período almohade, no sería de excluir que esta pequeña mezquita rural fuese un centro de congregación del poblamiento disperso identificado por Helena Catarino, descrito anteriormente.

6. NUEVAS PREGUNTAS

Hemos avanzado en estas líneas algunas pequeñas hipótesis de detalle en la interpretación de algunos casos concretos, que en muchos casos no alteran los presupuestos iniciales, pero nos parece insuficiente. Este trabajo carece de una sistematización exhaustiva de la información, tarea que se encuentra muy por encima de nuestras posibilidades y que tendrá que acometerse en el ámbito de proyectos coordinados de equipos de investigación centrados en el tema. Sirvan estas páginas de provocación.

Cuando un modelo histórico-arqueológico comienza a encajar demasiado bien y absorbe demasiado fácilmente los nuevos datos que aporta la investigación, podemos estar trabajando con presupuestos inexactos o incompletos, o tenemos que buscar preguntas más exigentes para cuestionar a nuestro modelo.

Pensamos que las preguntas principales que debemos colocar a un eventual nuevo paradigma de interpretación se encuadran, básicamente, en dos ámbitos: las características regionales o microregionales específicas y en la relación del poblamiento con los recursos socioeconómicos y con sus formas de explotación, camino que acertadamente apuntan varios autores, entre ellos, Cláudio Torres (1992a) y Helena Catarino (2005/2006). Seguramente, el manantial avasallador de datos que está proporcionando la arqueología preventiva, todavía por procesar, nos conducirá a interpretaciones más ricas sobre el poblamiento emiral en el sudoeste de al-Andalus y su evolución.

BIBLIOGRAFÍA

ACIÉN, Manuel (1989) – Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de *Huṣūn*. In *III Congreso de Arqueología Medieval Española, Oviedo, 1989, t. I Ponencias*. Oviedo: AEAM – Universidad de Oviedo. ISBN 84-404-4127-4, pp. 135-150.

ACIÉN, Manuel (2006) – Las torres/burūy en el poblamiento andalusí. In *Al-Andalus espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7, pp. 73-85.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: E. de Boccard. 2 vols.

ALBA, Miguel (2009) – Los edificios emirales de Morería (Mérida), una muestra de arquitectura del poder. *Anales de Arqueología Cordobesa* [en línea]. Córdoba: Área de Arqueología de la Universidad de Córdoba. Nº 20, pp. 379-420. [consult. 24-3-2020]. Disponible en <https://www.uco.es/ucopress/ojs/index.php/anarcor/article/view/6960/6496>. ISSN: 1130-9741.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2003) – Pautas evolutivas de la cerámica común en Mérida en épocas visigoda y emiral. In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad. Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. ISBN 84-00-08202-8, pp. 483-504.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2006) – Defensas urbanas de la Mérida islámica. In *Al-Andalus espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-26-7, pp. 101-110.

ALFENIM, Rafael; LIMA, Paulo (1995) – Breve notícia sobre a campanha arqueológica de 1992 na igreja visigótica do sítio dos Mosteiros, Portel. In *IV Reunião d'Arqueologia Hispânica. Lisboa (1992)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. ISBN 84-7283-33-3, pp. 463-469.

ALMEIDA, Bruno (2019) – *Terminology and Knowledge Representation: Ceramic Artefacts of al-Andalus* [en línea]. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa / Communauté Université Grenoble Alpes. Tese de doutoramento. [Consult. 26-3-2020] Disponible en: <http://hdl.handle.net/10362/82365>.

AZUAR, Rafael (2015) – La Rábida de Guardamar (Alicante) y los Ribât/s, en el ámbito rural. In *Arqueologia Medieval. Espais Sagrats*. Lleida: Pagés editors, pp. 135-149.

BARROS, Maria de Fátima; BOIÇA, Joaquim Manuel; GABRIEL, Celeste (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva. As visitas e os Tombos da Ordem de Santiago 1482-1607*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-06-2.

BOIÇA, Joaquim Manuel (1998) – *Imaginária de Mértola, tempos, espaços, representações*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-08-9.

BOONE, James (1992) – The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: A Califal-Taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 1, pp. 51-64.

BOONE, James (1993) – The third season of the excavations at Alcaria Longa. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 111-126.

BOONE, James (1994) – Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste. Huelva-Niebla, 1993*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5, pp. 527-545.

- BOONE, James (1996) – Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo Medieval? *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 4, pp. 25-36.
- BOONE, James (2001) – Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueologia/Colibri. ISBN 0874-9701. Nº 4, pp. 105-121.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (2001) – As inscrições lapidárias árabes de Mértola. Epigrafia. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 101-104 y 181-187.
- BUGALHÃO, Jacinta *et alii* (2010) – CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ándalus. In *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, 22, 23 e 24 de Outubro de 2009*. *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Silves. Nº 10, pp. 455-476.
- CANDÓN, Alicia (2001) – A necrópole islâmica de Mértola. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-17-8, pp. 83-99.
- CAPELA, Fábio; TEICHNER, Felix e HERMANN, Florian (2020) – Cerro do Castelo de Alferce (Monchique) um emblemático sítio arqueológico. *Al-Madan*. [on line]. II serie, nº 23, tomo 1, pp. 35-49. [consult. 24-3-2020]. Disponible en <https://issuu.com/almadan/docs/ao23-1>. ISSN 2182-7265.
- CATARINO, Helena (1997/1998) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados. *al-‘ulyā*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. ISSN 0872-2323. Nº 6, 3 vols., 1306 pág.
- CATARINO, Helena (2002) – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. ISBN 972-772-308-X, pp. 29-44.
- CATARINO, Helena (2005-2006) – Formas de ocupação rural em Alcoutim (Séculos V-X). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. ISSN 0211-1608. Nº 31-32, pp. 117-136.
- CATARINO, Helena (2012) – O Castelo Velho de Alcoutim: Minas e vestígios de metalurgia. *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Nº 51, pp. 119-149.
- CATARINO, Helena *et alii* (2012) – La céramique islamique du Garb al-Andalus: contextes socio-territoriaux et distribution. In *Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo. Venezia 2009*. Venezia: Edizioni All’Insegna del Giglio. ISBN 978-88-7814-540-5, pp. 429-441.
- CAVACO, Sandra *et alii* (2013) – Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISSN 0870-094X. Série V, Volume 3, pp. 349-380.
- CHALMETA, Pedro (1994) – *Invasión e Islamización*. Madrid: Ed. MAPFRE. ISBN 84-7100-626-X.
- CHALMETA, Pedro (1998) – Al-Andalus: la implantación de una nueva superestructura. In *Ruptura o continuidad. Pervivencias preislámicas en al-Andalus, Cuadernos Emeritenses*, 15, pp. 9-28. Mérida: Ed. Museo Nacional de Arte Romano.
- COELHO, António Borges (1989²). *Portugal na Espanha árabe*. 2 vols. Lisboa: Ed. Caminho.
- CORREIA, Fernando Branco (2014) – Da Lusitânia ao domínio omíada. Beja como tela de fundo de uma reflexão. In *O Sudoeste Peninsular Entre Roma e o Islão*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 178-187.
- COUTINHO, Hélder (1993) – Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 39-54.
- COUTINHO, Hélder (2003) – Os Buyat do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) – Escavações de 2000. *Xelb*. nº 4. Silves: Museu Municipal de Silves. ISBN 972-8506-06-X, pp. 265-278.
- DGPC (2016) – *Ofício ref. DBC/DPIMI/UCC CSP 134809. 2016-04-22. Abertura do procedimento de classificação do Sítio Arqueológico do Alto da Vigia, na Praia das Maças, freguesia de Colares, concelho de Sintra, distrito de Lisboa* [em linha]. [Consult. 2018-8-31]. Disponível em http://www.cm-sintra.pt/phoca-download/PDF/consulta_publica/zep%20praia%20macas.pdf.
- DIAS, Manuela (1999) – Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela, 987 d.C.). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. Nº 6, pp. 11-18.
- DIAS, Manuela; GASPAR Catarina (2006) – *Catálogo das Inscrições Paleocristãs do Território Português (CIPTP)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos UL.
- ENCARNAÇÃO, José de e GONÇALVES, Maria José (2013) – Cilpes/Cilpis/Xilb/Silves? Para uma discussão antiga um novo contributo. A inscrição de Silves evocativa do templo de Neptuno. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H.ª Antigua* [en línea]. Madrid: UNED. t. 26, pp. 255-276. [Consult. 24-3-2020]. Disponible en DOI: 10.5944/etfii.26.2013.13747. ISSN: 2340-1370.
- FERNANDES, Isabel Cristina (2004) – *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2004. ISBN 972-772-472-8.
- FERNANDES, Isabel Cristina (2008) – Alcaria do Alto da Queimada. In *Palmela Arqueológica: Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da Exposição*. Palmela. Município de Palmela, pp. 39-51.
- GOMES, Rosa Varela (1995) – Cerâmicas muçulmanas de Silves, dos séculos VIII e IX. In *Actas das 1ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 19-32.

- GOMES, Rosa VARELA (2002) – *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território y cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. ISBN 972-8662-05-X.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, M. Varela (2007) - *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007. ISBN 978-972-95654-3-4.
- GÓMEZ, Susana (2006) – *Cerámica Islámica de Mértola: Producción y comercio [on line]*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 2006. [Consult. 2-6-2014]. Disponible en: <<http://eprints.ucm.es/7087/>>. 4041 pp.
- GÓMEZ, Susana (2011) – Intervenção arqueológica na Mesquita – Igreja Matriz de Mértola. In *Mesquita – Igreja de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-33-0, pp. 89-104.
- GÓMEZ, Susana (2015) – La presencia islámica en el sudoeste de la Península Ibérica en época emiral in *Actas IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval en la Frontera Inferior de al-Andalus: La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H.)*. Mérida: Mérida Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica. ISBN 978-84-606-7077-3, pp. 95-122.
- GÓMEZ, Susana (2019) – Algunas cuestiones de arqueología del Garb al-Andalus. In *al-Kitāb Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval. ISBN 978-84-09-15467-8, pp. 409-416.
- GÓMEZ, Susana et alii (2015) – A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica. In *Actas X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo/Proceedings of 10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*. Silves: Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-9375-48-4. T. 1, pp. 19-50.
- GONÇALVES, Maria José (2009) – Silves Islâmica – Deambulando pelo Arrabalde Oriental. In *Xelb* nº9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia. ISBN 978-972-8505-24-0, pp. 489-524.
- GONZALEZ, Cristina (2013) – Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média). In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 913-921.
- GRILO, Carolina; GÓMEZ, Susana; MARQUES, João (2014) – Alqueva entre Roma e o Islão: o Povoamento Rural na Antiguidade Tardia e no Início da Época Islâmica. In *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão – Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 978-972-9375-45-3, pp. 188-243 e 392-401.
- GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1993) – Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodovar). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 2, pp. 85-102.
- HENRIQUES, Fernando et alii (2016) – Um oratório islâmico no Cerro da Mina (Complexo Mineiro SOMINCOR, Almodôvar) [en línea]. *EMERITA – Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. [s.l.]: EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia. ISSN: 2183 – 1963. nº 2. Disponível em: <http://emeritaepc2013.info/textos.html>.
- KHAWLI, Abdallah (2001) – Mértola islâmica: os dados dos textos árabes medievais. In *Museu de Mértola. Arte Islâmica*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-17-8, pp. 25-41.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1953) – La «description de l’Espagne» d’Aḥmad al-Rāzī. *Al-Andalus*. Madrid-Granada: CSIC. Vol. XVIII, pp. 51-108.
- LOPES, Maria da Conceição; ALFENIM, Rafael (1994) – A vila romana do Monte da Cegonha. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana, Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste. Huelva-Niebla, 1993*. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5, pp. 485-502.
- LOPES, Virgílio (2011) – *O Mosteiro do Monte Mosteiro*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola. ISBN 978-989-95873-7-3.
- LOPES, Virgílio (2014) – *Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia (Séculos IV-VIII)*. Tesis doctoral. Huelva: Universidad de Huelva. [Consult. 3-9-2014]. Disponible en <http://hdl.handle.net/10272/8053>.
- MACIAS, Santiago (1993) – Um espaço funerário. In *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-02-X, pp. 30-62.
- MACIAS, Santiago (2006) – *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN 972-9375-25-9. 3 Vol.
- MACIAS, Santiago; BARROS, Maria de Fátima de; GÓMEZ, Susana (2018) – A mesquita / Igreja Matriz de Mértola. Vestígios ocultos e esquecidos. A informação arqueológica. *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*. Lisboa: DGPC. ISSN: 0872-8747. Nº 36 (2018), pp. 62-75.
- MACIAS, Santiago; LOPES, Maria da Conceição. (2012) – O território de Beja entre a Antiguidade Tardia e a Islamização. In *Visigodos y Omeyas. El territorio*. Mérida: Instituto de Arqueología – Mérida, CSIC/Junta de Extremadura – Consorcio de Mérida. ISBN 978-84-00-09457-7, pp. 305-328.
- MARQUES, João et alii (2014) – Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno). *Bloco 14 – Intervenções e estudos no Alqueva*. Beja: EDIA.

- MATOS, José Luís (1991) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa, 1987. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-472.
- MATOS, José Luís (1996) – Cerro da Vila. *Al-'ulya*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. nº 5, pp. 23-28.
- NOLEN, Jeannette (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares (Balsa) incluindo o espólio ósseo e medieval*. Lisboa: Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia.
- PALMA, Maria de Fátima (2012) (Coord.) – *Carta Arqueológica do Concelho de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. ISBN: 978-972-9375-39-2, 250 p.
- PALMA, Maria de Fátima; GÓMEZ, Susana. (2013) – O Castelo de Mértola em Época Islâmica. In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb – Séculos VI a XVI*. Lisboa: Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola, pp. 405-412.
- PEREIRA, Tiago André Simões (2013) – *A Ocupação Alto-Medieval do Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)*. [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/11917>.
- PÉREZ, Luis Gethsemani (2013) – Problemas metodológicos en el estudio del mundo rural andalusí. *Medievalista*. [Em linha]. Nº14, (Julho-Dezembro 2013). [Consultado 10.11.2013]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA14/aguilari1406.html>. ISSN 1646-740X.
- PICARD, Christophe (2000) – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique. Paris: Maisonneuve et Larose. 422 p.
- PICARD, Christophe; BORRUT, Antoine (2003) – Râbata, Ribât, Râbita: une institution à reconsidérer. In *Chrétiens et musulmans en Méditerranée Médiévale (VIII^e – XIII^e siècle)*. Échanges et contacts. Potiers: Université de Poitiers, pp. 33-65.
- PORTUGAL. DGPC (2014-) – Sítios. In *Portal do arqueólogo*. [on line]. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural. [consult. 26-3-2020]. Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=51667>.
- RICOU, Teresa; GONÇALVES, Ana; GÓMEZ, Consuelo (2013) – Torre velha 1: uma villa na Antiguidade Tardia. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 841-847.
- SÁNCHEZ RAMOS, Isabel María e MORÍN DE PABLOS, Jorge (2016) – *Idanha-a-Velha. Guia Arqueológica*. Madrid: Auditores de Energía y Medio Ambiente, S.A. ISBN: 978-84-16450-19-0. https://www.academia.edu/33204331/Idanha-a-Velha_GU%C3%8DA_ARQUEOL%C3%93GICA.
- SANTOS, Filipe (2006) – O povoado islâmico dos Alcariaais de Odeleite. Uma *Qarya* no Algarve Oriental. Primeiros resultados arqueológicos. *Promontoria*. Faro: Universidade do Algarve. Ano 4, n.º 4, pp. 161-265.
- SIDARUS, Adel (1991) – Amaia de Ibn Maruán: Marvão. *Ibn Maruán*. Nº 1, pp. 13-25.
- SIDARUS, Adel (1996) – Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788). *Arquivo de Beja*. Série III. Vols. II/III, pp. 27-39.
- SIDARUS, Adel; TEICHNER, Felix (1997) – Termas romanas no Gharb al-Ándalus. As inscrições árabes de Milreu (Estoi). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 0872-2250. Nº 5 (1997), pp. 177-187.
- SILVA, António e SILVA, Ricardo Costeira da (2005) – Resultados da intervenção no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. Vol. 8. n.º 2 (2005), pp. 55-106.
- TEICHNER, Felix (1994) – Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, nº 3, pp. 89-100.
- TORRES, Cláudio (1992a) – Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. N.º 1, pp. 189-202.
- TORRES, Cláudio (1992b) – O Garb al-Andaluz. In *História de Portugal direcção de José Mattoso. Primeiro volume. Antes de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-331262-X, pp. 327-372.
- TORRES, Cláudio (1993) (Dir.) – *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio et alii (1991) – *Museu de Mértola. I Núcleo do Castelo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Cláudio et alii (1993) – *Núcleo Visigótico*. *Museu Regional de Beja*. Beja: Museu Regional de Beja.
- TORRES, Cláudio et alii (2007) – A escultura decorativa de Portugal. O grupo de Beja. In *Escultura decorativa tardorromana e altomedieval en la Península Ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, XLI, pp. 171-189.
- TORRES, Cláudio et alii (2018) – Arqueologia urbana em Mértola (Portugal). Uma perspectiva integrada. In *IV FAUR – 4º Fórum Luso-brasileiro de Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. Faro: Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património. ISBN 978-989-8859-37-2, pp. 98-121.
- TORRES, Cláudio; GÓMEZ, Susana; FERREIRA, Manuela Barros (2003) – Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. In *Illas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Tondela 28 a 31 de Outubro de 1997*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.

VIANA, Abel (1958) – Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique). *Arquivo de Beja*. Beja. XV, pp. 25-35.

VIANA, Abel (1960) – Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. XVII (1960), pp. 138-231.

ZOZAYA, Juan (2018) – Tumbas de santones y oratorios musulmanes de al-Andalus. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. Nº 14, pp. 203-216.



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2022

www.arqueologos.pt